



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

NOTA TÉCNICA 01/2025 DCF/DICOF/PROAD/REI/IFS

Assunto: *Tratamento fiscal nos contratos de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos com emprego de materiais.*

Trata-se de análise dos procedimentos adequados a serem aplicados, sob o aspecto fiscal, relativos à execução dos contratos de serviços de consertos, restaurações, manutenções, montagens e instalações (entre outros) de máquinas e equipamentos ou quaisquer outros objetos, que empregam materiais em sua realização.

I) Dos Fatos e Discussão

01. Atualmente o Instituto Federal de Sergipe mantém vigentes diversos contratos objetivando a manutenção, reparo e conserto de máquinas e equipamentos, fixando inclusive, o emprego de material por parte da contratada.

02. Os serviços relativos aos objetos destes contratos constam do subitem 14.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar n.º 116/2003, que também prevê a utilização de peças e outras partes na execução dos serviços.

03. Os valores cobrados a título de mão de obra destes serviços (lubrificação, limpeza, conserto, restauração, manutenção, entre outros) constantes do subitem 14.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar n.º 116/2003, se submetem ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), **exceto**

quanto à parcela referente aos materiais empregados nesta prestação de serviços, que deve ser onerada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

04. Neste contexto, esta **nota** objetiva discutir a incidência dos tributos envolvidos nesta operação, bem como, a forma de apresentação dos documentos fiscais pela contratada ao órgão contratante (Instituto Federal de Sergipe) e seus fiscais de contrato.

II) Da Interpretação

05. Inicialmente, a fim de melhor elucidar os pontos apresentados, é necessário analisar a incidência dos impostos de competência dos Estados e Municípios, conforme o disposto nos artigos 155, II, e 156, III, da Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988). Cabe aos Municípios tributar os serviços de qualquer natureza desde que estejam definidos em Lei Complementar, que, no caso, corresponde à Lei Complementar n.º 116/2003, e aos estados, conforme Lei Complementar n.º 87/1996, determinar as diretrizes da tributação sobre a venda de mercadorias:

Constituição Federal de 1988

"Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

[...]

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;"

[...]

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[...]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar."

06. A lista de serviços anexa à lei complementar n.º 116/2003, por sua vez, em seu subitem 14.01, prescreve os serviços de lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (**exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS**). Em função de sua presença no rol de serviços constante da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar n.º 116/2003, os serviços (mão de obra) indicados nos objetos contratuais citados nesta **nota**, que são realizados em máquinas e equipamentos de consumidor final (que não sofrerá posterior comercialização ou industrialização), estarão sujeitos à incidência do ISS, com exceção dos materiais empregados na execução do serviço, que ficam sujeitos ao ICMS.

07. Indo mais adiante, no que se refere aos serviços de montagem e instalações industriais, se a contratada executasse serviços na montagem de equipamentos exclusivamente com material fornecido pelo cliente usuário final do bem (Instituto Federal de Sergipe), ficaria configurada a hipótese prevista no subitem 14.06 da Lista de Serviços sujeitos ao ISS, anexa à Lei Complementar 116/2003. **Neste caso não havendo qualquer incidência de ICMS.**

08. Especificamente sobre a incidência de ICMS nas operações, vale citar como embasamento trechos da Lei Kandir (LCP 87/1996) e do Regulamento de ICMS do Estado de Sergipe (Decreto n.º 21.400/2002 – RICMS/SE)

Lei Kandir (LCP 87/1996)

Art. 2º O imposto incide sobre:

[...]

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

Decreto n.º 21.400/2002 – RICMS/SE

Art. 23. A base de cálculo do ICMS é:

[...]

IV - o valor da operação, no fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o preço corrente da mercadoria; fornecida ou empregada, com prestação de serviço compreendido na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido em lei complementar aplicável;

09. Por fim, destaca-se que a lei n.º 8.137 de dezembro de 1990 tipifica como crime contra a ordem tributária a supressão ou redução de tributo e qualquer acessório mediante a conduta de negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação. Ou seja, é de suma importância para empresa cumprir os requisitos que determina a legislação, mantendo um rigoroso controle de suas obrigações tributárias, evitando penalidades e responsabilização.

III) Da Conclusão

10. Normalmente, nas manutenções preventivas são usados insumos que são comuns na realização de diversas prestações e, por isso, consumidos a granel. Nesses casos, a empresa poderá incorporar ao custo do serviço, agregando o valor à nota fiscal de serviço. Ou seja, esses itens fazem parte do custo da mão de obra do serviço, não caracterizando venda de peças. Desta forma, a incidência é apenas do ISS, devendo a empresa emitir uma nota fiscal de serviço eletrônica (NFS-e) para o valor total.

11. Nas manutenções consideradas corretivas, ocorre específica troca de peça necessária para o funcionamento da irregularidade constatada. Essa troca de peça é caracterizada por venda de produto, sendo esta incidente de ICMS,

devendo a empresa emitir uma nota fiscal eletrônica (NF-e) para a venda da mercadoria e uma NFS-e para o valor da mão de obra.

12. Importante destacar que esses contratos são de operação mista, que pode envolver serviço com fornecimento de peças, ou apenas um desses. As legislações dos impostos de competência municipal (ISS) e estadual (ICMS) são distintas, inclusive quanto às obrigações acessórias fiscais (emissão de nota fiscal). Com base nos normativos acima citados e de acordo com o objeto contratual aludido nesta nota, tem-se as seguintes definições:

Se o serviço não está previsto na lista da LC 116/2003:

O ICMS incide sobre o valor total da operação (art. 2º, IV, LC 87/1996);

Se o serviço está previsto na lista da LC 116/2003, sem ressalva de cobrança do ICMS:

O ISS incide sobre o valor total da operação;

Se o serviço está previsto na lista da LC 116/2003, com ressalva de cobrança do ICMS:

I - O ISS incide sobre o valor do serviço; e
II - O ICMS incide sobre o valor das mercadorias fornecidas. (art. 2º, V, LC 87/1996)

13. A contratada deve apresentar a NFS-e e o registro auxiliar da nota fiscal de serviços (RANFS) referente à execução dos serviços (mão de obra) prestados conforme determinar a legislação daquele município, além da NF-e (modelo 55) referente ao material/peça aplicado na mesma execução conforme obrigatoriedade imposta pelo **Protocolo ICMS 42, de 3 de junho de 2009**.

14. Esta nota contribui com condições necessárias para que a empresa organize sua atuação em relação a todos os impostos e obrigações devidas, realizando uma gestão tributária bem-sucedida e evitando problemas com o Fisco.

02/10/2025

Antonio Fabricio Soares Bispo Santos Silva

Contador CRC SE006566O

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Chefe de Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF/DICOF/PROAD –
REITORIA

Ivan Matos Carvalho

Contador CRC SE007166O

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Subcoordenadoria de Gestão Tributária – SGTRIB/DCF/DICOF/PROAD –
REITORIA